



**Rede
Rural**
Nacional
2018 **6**

em Rede

Revista da Rede Rural Nacional

WWW.REDERURAL.PT



**FLORESTAS
DA URGÊNCIA
DO IMEDIATO
AO PLANEAMENTO
DO FUTURO**



Nuno Calado

Secretário-Geral
da UNAC - União
da Floresta Mediterrânica

DESAFIOS DA POLÍTICA FLORESTAL PORTUGUESA

O ano de 2017 ficará para sempre na memória de todos os portugueses como um ano catastrófico para a floresta e para a sociedade portuguesa, com vítimas mortais, destruição de habitações, infraestruturas, empresas e 442.418 hectares de área ardida de espaços florestais.

No entanto, 2017 resulta do agravamento da falta de gestão e de ordenamento florestal, que resultam da dificuldade em rentabilizar o investimento florestal em pequena propriedade, em operacionalizar abordagens de intervenção florestal integradas (processo ainda muito recente), da desertificação, da falta de fiscalização, etc. Não nos podemos esquecer que as perdas resultantes são de cerca de 203 milhões de euros/ano.

Estes problemas foram exponenciados pelo efeito das alterações climáticas, como é evidente no *Balanço Climático Preliminar do Ano 2017* (IPMA):

- ▶ *O ano classifica-se como extremamente quente correspondendo ao 2.º ano mais quente desde 1931, e a temperatura máxima cerca de +2.4 °C superior ao normal, o valor mais alto desde 1931;*
- ▶ *O ano foi extremamente seco (entre os 4 mais secos desde 1931 - todos depois de 2000), sendo o período de abril a dezembro o mais seco dos últimos 87 anos.*

Assim, e tendo em consideração as características duais da floresta portuguesa privada, uma de propriedade de pequena dimensão e dispersa, sem gestão e ordenamento, mas localizada em áreas mais produtivas, outra, de maior dimensão, com gestão ativa, mas localizada em áreas de produtividade mais baixa, ambas sujeitas

aos efeitos do “custo de contexto” climático, coloca-se a questão: que modelo de planeamento e de gestão florestal implementar?

Como ultrapassar o problema do elevado período de recuperação do investimento florestal, em particular para as espécies com menor risco de incêndio, mas com ciclos produtivos muito longos? Como compatibilizar a escolha da espécie florestal num contexto de pequena propriedade que inviabiliza o conceito do mosaico na escala individual, sem condicionar o direito de propriedade, a livre iniciativa económica e as legítimas expectativas de retorno do investimento de um produtor? Como ativar a gestão florestal em contexto de minifúndio? Como promover uma abordagem territorial integrada? Como estimular a gestão e o reinvestimento em sistemas florestais de reduzido valor económico mas de elevado valor ambiental? Como assegurar uma gestão florestal adaptativa profissional e eficiente?

A resposta a estas e outras questões, reside numa política florestal que:

- ▶ Promova uma clara e efetiva abordagem territorial integrada em mosaico através das ZIF, as quais devem ser reconhecidas como o veículo privilegiado de soluções de defesa conjunta e para soluções de gestão agrupada de território;
- ▶ Não exclua espécies florestais como o eucalipto (estamos a proibir a consequência e não a intervir sobre a génese socio económica e territorial), uma vez que esta espécie, asseguradas as essenciais boas práticas de gestão e ordenamento, é também essencial para a revitalização económica dos territórios;
- ▶ Promova a utilização do pinheiro manso e do sobreiro, espécies que possibilitam exploração em sistemas multifuncionais, com receitas anuais ou periódicas/regulares e com características que podem ter um contributo muito relevante para a valorização económica, criação de emprego, redução do risco de incêndio, etc., complementando ou substituindo as produções lenhosas, em função das opções dos gestores;
- ▶ Reforce a fiscalização e monitorização efetiva do território, garantindo a aplicação e eficácia das soluções resultantes dos instrumentos de planeamento e de ordenamento;
- ▶ Promova apoios agroambientais e silvoambientais que dinamizem uma economia multifuncional, que incorporem a compensação dos serviços do ecossistema e viabilizem economicamente sistemas de produção mais frágeis mas com enorme valor ambiental e social;
- ▶ Assegure um modelo de financiamento ajustado e estável que seja garante da sua implementação. Neste sentido, o Estado Português deveria assumir o compromisso de, no médio/longo prazo, definir o Orçamento de Estado como a fonte de financiamento principal para a resposta a muitos destes problemas.